



GT17 - Filosofia da Educação – Trabalho 550

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO SUJEITO PESQUISADOR: ALGUNS APORTES HERMENÊUTICOS

Claudio A. Dalbosco – UPF

Agência Financiadora: CNPq

Resumo

A Área da Educação não passou incólume ao processo intenso de ampliação e consolidação da Pós-Graduação ocorrido no Brasil nestas últimas duas décadas, fazendo aumentar significativamente o número de Programa em todas as regiões do país. Com este crescimento torna-se premente também o desafio da formação de novos pesquisadores, pondo à Filosofia da Educação tarefas específicas. O presente ensaio atribui-lhe, como uma das tarefas principais, o aprofundamento da natureza bibliográfica da pesquisa. Pensa tal tarefa na perspectiva hermenêutica, apontando para a especificidade da pesquisa educacional, ao mesmo tempo em que delinea alguns princípios hermenêuticos indispensáveis à formação do sujeito pesquisador.

Palavras-chave: Pesquisa Educacional, Sujeito Pesquisador, Formação, Hermenêutica.

Introdução

No presente ensaio, nos propomos problematizar alguns aspectos da pesquisa bibliográfica e, juntamente com isso, delinear diretrizes hermenêuticas gerais indispensáveis à formação do sujeito pesquisador. Tomamos como fonte de inspiração vários textos de Gadamer, indicados na referência bibliográfica geral, especialmente em *Verdade e Método II* (GADAMER, 1999a). Dividimos o ensaio em três momentos. No primeiro, procuramos recuperar o sentido etimológico da palavra hermenêutica, com enfoque em aspectos diretamente relacionados à formação do sujeito pesquisador. No segundo momento, tratamos da especificidade da educação com o propósito de ressaltar a dificuldade epistemológica própria à pesquisa educacional referente à historicidade do ser humano, a qual define sua condição agente, falante e pensante. No terceiro e último momento, e o mais importante do ensaio, delineamos alguns princípios hermenêuticos gerais que embasam a formação do sujeito pesquisador.

Finalmente, é importante destacar que este texto tenta analisar o papel do investigador desde o ponto de vista da hermenêutica, especialmente a gadamereana. Esta opção não exclui, *per se*, a validade e importância tanto de outras leituras da realidade quanto de procedimentos investigativos diferentes.

1. Sentido etimológico da palavra hermenêutica

A hermenêutica contemporânea representa uma das principais tradições de pesquisa, influenciando o debate sobre questões filosóficas, jurídicas, estéticas e, também, educativas. A influência de autores como Wilhelm Dilthey, Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer é marcante.¹ Suas ideias influenciam o modo de auto compreensão do sujeito contemporâneo, em sua relação com o mundo. Conceitos como linguagem, mundo, sujeito, pré-compreensão, compreensão, sentido e fusão de horizontes articulam o pensamento destes autores, permitindo-lhes pensar, de maneira derivada, problemas de áreas específicas, conforme exemplo da própria área da educação.

Reelaborando criticamente o debate filosófico contemporâneo a respeito da noção de sujeito, a hermenêutica, sobretudo a de origem gadamereana, não mais o compreende como uma alma essencial e pronta, residindo em algum lugar do corpo, conforme defendeu a metafísica cartesiana. Também não assume mais a compreensão do ser humano nos moldes kantianos do sujeito de estruturas transcendentais a priori, como *espaço e tempo*, do lado da sensibilidade, e as categorias, por parte do entendimento. O que conta, então, é a historicidade, contextualidade e intersubjetividade do sujeito, conceitos que definem a formação do sujeito enquanto busca constante e inesgotável, sempre sujeita a riscos. Não havendo mais essência pronta residindo na interioridade do sujeito, garantindo-lhe segurança e fixidez, também não faz mais sentido a ideia de educação como o desabrochar do conhecimento verdadeiro, presente na interioridade do educando. Esta guinada filosófica da essencialidade para a historicidade do sujeito coloca exigências específicas à pesquisa educacional e à própria pesquisa bibliográfica em especial, permitindo pensar a relação entre intérprete e texto

¹ Para o pano de fundo cultural e filosófico da história da hermenêutica que se estende de Dilthey a Gadamer, passando por Heidegger ver o livro *Von Heidegger zur Gadamer. Unterwegs zur Hermeneutik* (GRONDIN, 2001).

de maneira aberta, na perspectiva auto formativa do sujeito pesquisador. Voltaremos a este tema na parte final do ensaio.

A hermenêutica não é só produção teórica contemporânea; na verdade, ela se encontra na origem da própria cultura ocidental, assemelhando-se também, em algumas de suas ideias, a outras culturas, como, por exemplo, a cultura oriental. A noção de ser humano no papel de decifrador dos sentidos subjacentes às formas de vida se assemelha, em certo sentido, à figura do sábio na cultura oriental, o qual se torna educador respeitado pela longa experiência de vida acumulada. Com a ciência moderna e o desenvolvimento do procedimento experimental, a valorização da sabedoria inerente ao ser humano experiente foi rebaixada progressivamente à esfera da credice e da superstição. O sábio pedagogo cedeu lugar ao cientista metódico cujos procedimentos não mais se baseiam na experiência de vida acumulada, mais sim na regularidade calculada e precisa de conquistas e avanços epistêmicos. Inspirado nos critérios de mensurabilidade, construídos nos termos do procedimento experimental da ciência moderna, o investigador educacional se apodera da verdade dos fatos, descrevendo-os com a objetividade exigida².

Tendo sua origem na mitologia grega, a história da hermenêutica se confunde com a própria história da cultura ocidental. Etimologicamente provém da palavra *ermeneúein*, a qual carrega múltiplos significados, tais como expressar, interpretar e traduzir, todos imbricados na capacidade simbólica do ser humano. O termo expressar se refere à capacidade humana de exteriorizar simbolicamente seus sentimentos, emoções e pensamentos. Manifestações tais como o sorriso alegre, fruto de algum acontecimento agradável, ou a fala firme do pai, alertando o filho para algum perigo, são expressões simbólicas típicas da ação humana. De outra parte, interpretar tem a ver com a disposição de compreender expressões culturais e simbólicas, buscando desvelar seu sentido. As expressões culturais são constituídas de sentidos não manifestos à primeira vista, cabendo ao procedimento hermenêutico desvelá-los, isto é, trazê-los à luz. Contudo, convém assinalar que não há interpretação possível sem o diálogo, constituído pela escuta e pela capacidade humana de indagar.

² Esta é mais ou menos a caricatura resultante do esforço em transformar a Pedagogia em Ciências da Educação. Para uma visão panorâmica deste longo debate nas teorias educacionais alemãs das décadas de sessenta e setenta do século passado ver a coletânea de ensaios intitulada *Der Positivismusstreit in der deutschen Erziehungswissenschaft*, organizada por W. Büttemeyer e B. Moller (1979).

De outra parte, o sentido do termo ‘traduzir’ está intimamente relacionado ao de ‘interpretar’, podendo ambos ser considerados quase sinônimos, visto que todo o ato de traduzir exige capacidade de interpretar. De toda maneira, traduzir significa a capacidade humana de transferir sentidos familiares para contextos culturais e linguísticos estranhos. O exemplo mais claro que conhecemos, no âmbito acadêmico, é a tradução de textos de um idioma para outro. Traduzir é tarefa árdua e muitas vezes polêmica, em função das distintas leituras e interpretações possíveis de textos originais que exigem escolhas nem sempre consensuais ou que, posteriormente, se revelam inadequadas. De qualquer modo, o trabalho de tradução carrega uma infinidade de sentidos que podem servir metaforicamente para esclarecer o perfil e o papel do sujeito pesquisador. A melhor definição do sujeito pesquisador talvez seja mesmo a de um tradutor de sentidos. Ao se pôr a campo ou ao abrir algum livro, o tradutor se vê imediatamente frente à enorme e difícil tarefa de decifrar e verter sentidos. Voltaremos a isso posteriormente.

O próprio sentido etimológico da palavra hermenêutica se vincula ao sentido mitológico. Refere-se à figura de Hermes que, na mitologia grega, é o mensageiro dos deuses, cuja função consiste em levar mensagens dos deuses aos humanos e destes aos deuses. São mensagens de natureza completamente distinta. O ser humano não conseguiria, por si mesmo, decifrar a mensagem divina, sem a mediação (de sentido) por parte do mensageiro. Relacionando-se diretamente entre si, deuses e seres humanos não se comunicariam, ou seja, não conseguiriam se entender sem intermediação. Hermes vem justamente estabelecer a ponte ‘hermenêutica’, tornando inteligível o sentido das mensagens para os respectivos destinatários. Com seu trabalho de mediação, Hermes desvenda o sentido ‘hermético’ das mensagens das quais é portador. Dar vida ao sentido, recriando-o, é a tarefa principal desta figura, meio humana, meio divina. Sua dupla natureza lhe dava acesso ao sentido de ambos os discursos, o dos deuses e o dos humanos, permitindo, assim, o diálogo entre as partes.

Ora, e este é o aspecto hermenêutico fundamental, Hermes só pode cumprir adequadamente seu papel de mensageiro sendo um bom tradutor. Precisa ser capaz de tornar compreensível a linguagem dos deuses aos humanos e a dos humanos aos deuses. Tamanha é a força e a potência da linguagem dos deuses que, se chegasse direto aos ouvidos humanos, lhes causaria surdez, impedindo-os de compreender a verdade, bondade e beleza da mensagem divina. Amedrontados pelo vigor da mensagem divina,

os humanos teriam inibida sua própria curiosidade. Preservando o esplendor da mensagem divina ao traduzi-la adequadamente, Hermes, além de tornar inteligível a mensagem, alimenta a chama da curiosidade humana. Do ponto de vista da hermenêutica enquanto busca da mediação de sentidos, o mais importante talvez não seja propriamente o esplendor da mensagem divina em si, mas sim o trabalho incansável de mediação pedagógica, realizada por Hermes, entre a sabedoria divina e a expectativa humana.

Com esta reconstrução do sentido metafórico da intermediação de Hermes, esperamos ter elucidado o trabalho de tradução como exercício pedagógico genuíno de mediação entre sentidos estranhos e inicialmente incomunicáveis. Aproximar mundos distantes e estranhos, tornando-os inteligíveis para ambas as partes, ou seja, tornando os sentidos, ao mesmo tempo comuns e diferentes, acessíveis e dialógicos é o que caracteriza basicamente o trabalho do tradutor.

Neste contexto, é possível antecipar o quanto a metáfora do tradutor enquanto mediador de sentidos pode ser fecunda para pensar o perfil e o papel do próprio sujeito pesquisador. À maneira de Hermes, o sujeito pesquisador assume a tarefa de intercambiar comunicativamente mundos em si diferentes, fazendo emergir o sentido e o interesse que os constituem. A condição de seu trabalho se refere diretamente ao estranho, ou seja, àquilo que não lhe é familiar, exigindo-lhe, por isso, a dupla capacidade de estranhar a si mesmo, rompendo os limites de seu mundo familiar, para compreender o estranho como uma realidade ou situação diferente da sua. Dessa capacidade humana de estranhamento nasce o distanciamento como postura investigativa, própria do sujeito pesquisador.

Estranhar-se a si mesmo e compreender o estranho exige o exercício paciente da escuta, que leva o sujeito pesquisador a não emitir juízos apressados a respeito das mensagens de seus interlocutores. A escuta, no sentido acima mencionado, é a porta aberta ao estranhamento porque permite ao sujeito pesquisador abrir sua mente e sua sensibilidade tanto para si mesmo quanto para o mundo que o cerca. Conduzindo à compreensão do estranho, a escuta se traduz em curiosidade, de modo a por em ação o espírito inquiridor do sujeito pesquisador. De outra parte, sua capacidade de escutar lhe permite construir a postura de serenidade e moderação e, como um juiz, tornar público o juízo somente depois de ouvir atentamente todas as partes envolvidas e, o mais importante, ter meditado longa e silenciosamente consigo mesmo. Contudo, o

estranhamento curioso que emerge da escuta ativa exige a capacidade do estar só consigo mesmo. Tal capacidade é, enquanto característica da solidão intelectual, auto imposta pelo sujeito pesquisador, para poder cumprir com seu exercício de elaboração teórica um dos objetivos mais difíceis de serem alcançados.

Se, de acordo com o sentido originário da hermenêutica, o sujeito pesquisador pode ser metaforicamente tomado como tradutor de sentidos, o que significa traduzir sentidos no âmbito da pesquisa bibliográfica? Qual é o perfil e papel do sujeito pesquisador na perspectiva hermenêutica? Para tratar destas questões, precisamos avançar em nossas considerações focando, primeiro, em um aspecto da especificidade da pesquisa educacional, localizando nela a própria pesquisa bibliográfica para delinear, na parte final do ensaio, alguns princípios hermenêuticos subjacentes à formação do sujeito pesquisador.

2. Especificidade da educação e a pesquisa bibliográfica

Fazer pesquisa em educação e, por conseguinte, pensar a formação do sujeito pesquisador, não é o mesmo que pesquisar em outras áreas do conhecimento humano, como na agronomia, engenharia ou biologia. Há um aspecto nuclear do ponto de partida do processo investigativo educacional que não é o mesmo de outras áreas, ou, ao menos, não é tomado por elas da mesma forma que na educação. Tal aspecto se refere ao ser humano e sua condição histórica. Problematizar em que medida a condição humana constitui o ponto de partida de questões educacionais é um ponto relevante, com o qual precisamos nos ocupar agora.

Defender a especificidade da educação não significa o mesmo que requerer para ela uma essência. A educação não é uma prática sustentada por princípios transcendentais às transformações históricas, culturais, políticas e mesmo econômicas que ocorrem na sociedade ao longo do tempo. Como prática que visa à formação de pessoas no contexto de um determinado contexto histórico, a educação não só está naturalmente inserida no espírito da época, mas também é constantemente desafiada a encontrar novos caminhos formativos para o ser humano no interior de sempre renovados e mutantes contextos. Por isso, a educação não possui um caráter, digamos, a priori, independente das transformações históricas. Muito ao contrário, como resultado do agir humano, ou seja, como resultado da produção cultural humana, localizada

espacial e temporalmente, a educação sofre as influências das mudanças históricas, enleada que está às próprias transformações culturais.

Neste contexto, a pesquisa educacional precisa, portanto, levar em consideração a condição humana em suas diferentes dimensões: agente, linguística e pensante. A condição agente é a que torna o ser humano propriamente humano, pois é pela ação que ele se transforma a si mesmo e também seu ambiente. A ação no sentido pleno não é o simples movimento, ou seja, o percurso entre um ponto de partida e um ponto de chegada. Isto outros animais também são capazes de fazer, guiados apenas pelo seu instinto. Diferentemente disso, a ação humana pressupõe um dinamismo complexo que, no sentido mais elaborado, envolve sentimentos, emoções, ideias e, sobretudo, planejamento racional. Além desses elementos, a ação humana envolve a dimensão fundamental, exclusiva e determinante, da eticidade de seu agir.

A ação humana alcança o nível complexo de dinamismo quando se traduz em consciência mediada pela linguagem e pelo pensamento. A linguagem é a principal forma de exteriorização da ação e, por assim dizer, o tabuleiro desse jogo. Sem ela, como num imaginário jogo de xadrez sem tabuleiro, a ação permaneceria um ato interiorizado, apenas introspectivo, sem o menor sentido para os outros e nem para o próprio sujeito. Ação e linguagem tornam possível a interação mediada simbolicamente e, com ela, a própria cultura, no sentido mais amplo. Além da ação gestual, o ser humano também é capaz, como mostrou Georg Herbert Mead (1992), de ação simbólica. Diferentemente do gesto, o símbolo se caracteriza pela capacidade de internalização ressignificada da reação que o outro impõe à ação desencadeada pelo próprio agente. O símbolo marca este vai e vem da ação humana que exterioriza e absorve sentido, modificando, a reação do outro em relação ao sentido emitido pelo sujeito agente.

Contudo, a capacidade do agente de internalizar a reação do outro em relação à sua ação inicial, atribuindo-lhe significado próprio, só é possível quando a ação simbólica se torna reflexiva. É justamente neste âmbito que ação, linguagem e pensamento formam uma profunda unidade, dando origem à capacidade humana de reflexão. É preciso muito esforço de socialização e muita tarefa formativa, acumulando níveis cada vez mais complexos de aprendizagem, para que a ação humana atinja este nível no qual linguagem e pensamento se entrelaçam profundamente. Agir simultaneamente, falando e pensando, é um nível altamente complexo e sofisticado da

condição humana, resultado de muito trabalho formativo do sujeito sobre si mesmo, sempre na companhia influenciadora de outros seres humanos e do ambiente mais amplo. A educação nada mais é que o trabalho contínuo sobre si mesmo e sobre o ambiente, no qual se entrelaçam ação, linguagem e pensamento. Ora, a formação do sujeito pesquisador precisa levar em conta esta especificidade da condição humana formativa, em todas estas três dimensões e o modo específico em que ocorre, em cada situação, o entrelaçamento entre elas.

Ação, linguagem e pensamento não constituem a essência da natureza humana, mas são sim, antes disso, aspectos constituintes da condição humana, que se modificam do mesmo modo como outras produções culturais e históricas do ser humano. É a condição da sociabilidade e da historicidade do ser humano que lhe permitem não ser uma estrutura rígida e inflexível. Perfectibilidade e plasticidade são as condições humanas que tornam possível sua própria educabilidade. Isto está situado na mais alta tradição pedagógica, já presente em autores como Jean-Jacques Rousseau (1999) e John Dewey (2003). Resumindo, historicidade, perfectibilidade e plasticidade mostram a própria vulnerabilidade da condição humana, a qual precisa ser levada em conta para pensar a pesquisa educacional e, de modo especial, a formação do sujeito pesquisador. Como veremos adiante, é desta condição vulnerável que brota o problema do sentido e da compreensão humana, como ponto de partida da formação do sujeito pesquisador.

A condição tripartite da ação, linguagem e pensamento, ancorada na historicidade e plasticidade da condição humana, impede que o próprio ser humano seja tomado simplesmente como “objeto” de investigação. Ora, justamente aí, neste contexto, é que se evidencia a especificidade do campo investigativo educacional: a impropriedade de se tomar a condição humana, em suas diferentes dimensões, como “objeto” de investigação e querer alcançá-la de maneira exclusivamente experimental. Contudo, para que a pesquisa educacional possa tomar a condição humana de maneira mais ampla, que a impeça de incorrer no reducionismo, ela precisa desenvolver terminologia e procedimento adequados. Nossa hipótese é que a pesquisa educacional encontra, na hermenêutica, ferramentas conceituais apropriadas para este fim. Gostaríamos de justificar brevemente três conceitos hermenêuticos importantes na formação do sujeito pesquisador: pré-compreensão, sentido e compreensão.

A pré-compreensão é noção importante porque caracteriza a condição inicial do ser humano, como ponto de partida de sua própria formação. Hans-Georg Gadamer,

contrapondo-se a uma versão reducionista da tradição iluminista moderna, foi responsável por recuperar e dar vitalidade filosófico-pedagógica à noção de pré-compreensão. Em sua obra clássica *Verdade e Método*, ela aparece associada ao preconceito. Contrariamente à posição *standart* do iluminismo moderno, presente também em pensadores esclarecidos como Kant e Hegel, Gadamer afirma que não podemos nos livrar de nossos preconceitos e que toda a compreensão parte de preconceitos e, mesmo depois de tê-los supostamente superado, retorna novamente a eles.

Em síntese, a compreensão hermenêutica da pesquisa educacional impede que a condição humana seja tomada experimentalmente como “objeto” de investigação. A hermenêutica consegue fazê-lo porque vincula as diferentes dimensões da condição humana ao sentido e à compreensão. Por ser um sujeito agente, falante e pensante, que produz sentido compreensivo, o ser humano não pode ser tomado com a mesma fixidez e objetividade com que se pode tomar experimentalmente um objeto. Contudo, este resultado tem um significado importante para a formação do sujeito pesquisador, não só no âmbito da pesquisa educacional ou das ciências humanas, mas também em outras áreas de pesquisa. Mesmo nas áreas em que se emprega habitualmente a terminologia do objeto de investigação, tomando-o experimentalmente, quem o faz é sempre o sujeito pesquisador, o qual não pode excluir do processo investigativo sua própria condição de ser humano. Nestes termos, o próprio cientista natural é um sujeito agente, falante e pensante, com a mesma historicidade (vulnerabilidade) do pesquisador educacional. Também é um sujeito capaz de produzir sentido compreensivo que interfere inclusive no seu modo experimental de tratar o objeto. Esta parece ser uma grande aporte que a hermenêutica traz para a pesquisa em geral, independentemente da área do conhecimento humano: chamar atenção para o sentido compreensivo do pesquisador enquanto sujeito humano.

Antes de estabelecer alguns princípios hermenêuticos que estão na base da formação do sujeito pesquisador, cabe referir brevemente três possíveis efeitos que a especificidade da educação traz para a pesquisa bibliográfica. Como a pesquisa bibliográfica se refere ao texto escrito, este precisa ser tomado, antes de tudo, como produto do ser humano. Isto pode parecer trivial, mas se torna muito relevante quando se leva em consideração os aspectos constituintes da própria condição humana. Deste modo, a compreensão do texto escrito, que diz respeito à relação entre autor e leitor,

precisa levar em conta, em primeiro lugar, que o sentido compreensivo comum, ou seja, a fusão de horizontes, no sentido gadamereano, nunca escapa da historicidade que constitui a condição humana. Em segundo lugar, ao interpretar o texto, o leitor não pode abandonar, mesmo que queira, seu horizonte de pré-compreensão, pondo-o em jogo no seu esforço de compreender o texto escrito. Por fim, em terceiro lugar, a relação entre autor e leitor é marcada pela especificidade do contexto no qual ambos estão inseridos. Autor e leitor fazem parte de um mundo social, com suas marcas culturais próprias, e o trabalho de interpretação precisa levar tal condição em consideração. Isso condiciona o leitor (o intérprete) a ter que se compreender a si mesmo para poder compreender não só o mundo do autor, mas também seu próprio mundo. Deste modo, os três efeitos acima referidos, resultantes da especificidade da educação, transformam-se em princípios de interpretação hermenêutica, ancorando-se na ideia geral de que toda a interpretação (compreensão), parte da pré-compreensão, transformando-se simultaneamente em auto compreensão.

Com base nessas observações gerais sobre a especificidade da educação, podemos tratar agora, na última parte do ensaio, de alguns princípios hermenêuticos que orientam a formação do sujeito pesquisador.

3. Formação do sujeito pesquisador

Nosso breve recurso ao sentido etimológico da hermenêutica, associado à figura mitológica de Hermes, permitiu-nos formular, metaforicamente, a definição do sujeito pesquisador como mediador de sentidos. Após a problematização da especificidade da educação, da exposição de três conceitos hermenêuticos fundamentais e de alguns princípios subjacentes à interpretação do texto escrito, podemos nos voltar agora, especificamente, para o problema da formação do sujeito pesquisador. Deste modo, o aporte da hermenêutica faz-se notar de maneira concreta na formação do sujeito pesquisador por meio de alguns princípios, os quais passamos a expor na sequência.

O primeiro princípio que orienta o sujeito pesquisador é a exigência de pôr em questão suas próprias pressuposições. Se, de acordo com a hermenêutica, tudo o que o ser humano faz ou deixa de fazer está vinculado à sua pré compreensão, é claro que o mesmo acontece com a postura do sujeito pesquisador. A formulação inicial de seu problema de investigação ocorre inteiramente colada à sua pré-compreensão, do mesmo

modo que sua posterior reelaboração. Como a pré-compreensão é ontologicamente indispensável à condição humana do sujeito pesquisador e como esta (a pré-compreensão) possui, como vimos anteriormente, uma estrutura profundamente ambígua, ele precisa pô-la permanentemente à prova no processo investigativo, principalmente na reelaboração de seu problema de investigação. Em síntese, a postura de vigilância permanente da pré-compreensão, trazendo-a à luz e buscando esclarecê-la, é condição indispensável da pesquisa educacional adequada.

O segundo princípio toca o coração da hermenêutica gadamereana, precisando o modo de pôr em questão a pré-compreensão do sujeito pesquisador. Hans-Georg Gadamer o define da seguinte maneira: “Pois bem, persigo desde longo tempo o princípio metodológico fundamental de não empreender nada sem oferecer a prestação de contas histórico-conceitual” (GADAMER, 1999b, p. 88). Um dos aspectos que caracteriza a prestação de contas é a apropriação conceitual vagarosa que servirá de base para a justificação teórica do problema de investigação. Apropriar-se conceitualmente significa compreender a origem dos conceitos e o modo como eles se articulam entre si, ganhando vida no esclarecimento do problema ao qual estão voltados. Deste modo, trabalhando com os textos delimitados (textos escritos), o sujeito pesquisador, ao esclarecer a procedência e articulação intelectual de suas ferramentas conceituais, é conduzido simultaneamente a questionar o mundo de sua própria pré-compreensão. Portanto, a prestação de contas histórico-conceitual é, se quisermos expressá-lo no sentido foucaultiano (FOUCAULT, 2004), o exercício de si indispensável ao processo investigativo que conduz o sujeito investigador a transformar sua própria pré-compreensão, transformando-se profundamente a si mesmo.

O terceiro princípio reafirma o que já dissemos anteriormente: a pesquisa bibliográfica é, na perspectiva hermenêutica, uma maneira adequada de interpretação do texto. O sujeito investigador se transforma a si mesmo, colocando em questão suas pressuposições, quando consegue interpretar adequadamente o texto. Deste modo, precisa perguntar de antemão pelo estilo do texto, buscando investigar onde repousa seu sentido. Ele se depara aqui com o difícil problema teórico-metodológico de ter que reconstruir o sentido do texto. Precisa levar em consideração que toda reconstrução é uma recriação do texto sem violentar seu sentido original. Na pesquisa bibliográfica destacam-se, portanto, as seguintes questões: o que é um texto? Quem é seu autor? Quem é o interprete? Em que contexto histórico foi elaborado? Qual o cenário

intelectual, as principais ideias e os mais importantes interlocutores que ampararam o autor na elaboração do seu texto? Como se constrói o sentido do texto? O que é propriamente a interpretação? A pesquisa bibliográfica que trabalha hermeneuticamente com o texto bibliográfico precisa dar conta destas questões. Elas ganham especificidades próprias de acordo com o problema de investigação e, obviamente, com o estilo do próprio sujeito pesquisador.

O quarto princípio define, em certa medida, a natureza da interpretação e, ao fazê-lo, oferece pistas significativas para tratar das questões acima formuladas. Reza tal princípio: a postura interpretativa do texto consiste em saber dialogar com o próprio texto. Ou seja, o diálogo é um princípio metodológico fundamental para definir a condição de autor e leitor, oferecendo os contornos intelectuais que definem o processo de reconstrução do sentido do texto. Torna-se decisivo aqui, então, a problematização da estrutura significativa do diálogo, sendo que, para a hermenêutica, dois aspectos interdependentes são importantes: escuta e pergunta. Saber escutar é, como afirmamos antes, o espírito de abertura que põe eticamente o sujeito investigador na direção do outro. O aspecto constitutivo da escuta é o silêncio, cujo sentido originário que influência muito Gadamer é a capacidade socrática do estar a sós consigo mesmo. Estar a sós consigo mesmo é um momento indispensável ao exercício do sujeito investigador, que constitui todas as etapas da pesquisa, especialmente o momento da elaboração final do trabalho. É o momento da necessária solidão intelectual, na qual o sujeito pesquisador presta contas a si mesmo, ao mesmo tempo em que exercita intelectualmente a prestação de contas histórico-conceitual. A pergunta brota por sua vez do próprio espírito de abertura proporcionado pela escuta ativa, introduzindo o espírito de curiosidade no exercício do sujeito pesquisador. Escutar e saber perguntar são, deste modo, duas disposições fundamentais do pesquisador.

O quinto princípio refere-se à finalidade da interpretação dialógica: ela consiste em saber ouvir o texto com o propósito de ir além de seu próprio sentido. Tal finalidade assinala a tensão que constitui o diálogo interpretativo do sujeito investigador com o texto investigado. Sem aprender a ouvir o sentido do texto, o sujeito pesquisador não pode formular suas ferramentas conceituais para tratar adequadamente de seu problema de investigação. Contudo, sem a coragem de ir além do texto, suas ferramentas conceituais seriam mera repetição do sentido do texto. Ora, ir além do texto sem deturpar seu sentido intrínseco é uma das tarefas hermenêuticas mais difíceis. Neste

contexto, tanto o “ir além” do intérprete como o “sentido intrínseco” ao próprio texto precisam ser constantemente problematizados. Harold Bloom elucida metaforicamente esta tensão, no âmbito da literatura clássica, com o emprego das expressões “angústia da influência” e “desleitura”: com a primeira ele sinaliza a força poderosa que o texto clássico exerce inicialmente sobre leitor; com a segunda expressão Bloom define a coragem do leitor, depois de muito exercício silencioso orientado pela escuta ativa, de se independizar do poder do texto. A desleitura caracteriza o momento propriamente criativo da interpretação dialógica (BLOOM, 2012).

O sexto princípio apresenta a meta ideal da fusão de horizontes como forma de enfrentar a tensão constitutiva da interpretação dialógica que marca a relação entre leitor e texto. A fusão de horizontes se sustenta em um conceito atualizado de verdade, que contempla a falibilidade e a historicidade do conhecimento humano. Vê-se, agora, o quanto a reflexão antropológica sobre a condição humana feita anteriormente é importante para esclarecer os problemas inerentes à pesquisa bibliográfica. A historicidade da condição humana mostra a inadequação de qualquer pretensão absoluta de verdade que possa estar subjacente tanto ao texto quanto à postura do leitor. Nem um nem outro possui a última palavra, pois a verdade possível é sempre provisória, precisando ser refeita e confirmada constantemente. Disso resulta a postura humilde a ser adotada pelo sujeito pesquisador porque, além de não poder dizer a última palavra, sabe que a verdade possível e provisória que construirá sobre o texto depende do modo de interlocução que mantém com o texto investigado. Baseando-se na historicidade da verdade, a fusão de horizontes não é simples adesão ao texto e menos ainda sua destruição. Antes disso, é a maneira ideal de assegurar a originalidade do texto, impulsionando o exercício criativo do autor. Deste modo, dissertação ou tese, e a própria produção textual mais ampla, alcança a adequação aceitável quando consegue equilibrar estes dois aspectos, originalidade do texto e criatividade do sujeito pesquisador.

O sétimo princípio enfatiza outro aspecto de natureza tanto epistemológica quanto metodológica da interpretação. Considerando a compreensão de sentido que brota da historicidade humana como núcleo constitutivo da pesquisa educacional com base hermenêutica, é a adequação e não a medida o critério de verdade mais satisfatório para a pesquisa bibliográfica. Por ser herdeiro da longa tradição hermenêutica que defende a especificidade das ciências humanas em relação às ciências naturais e

buscando atualizar o debate sobre este tema, Hans-Georg Gadamer insiste no aspecto altamente problemático dos critérios de mensuração para dar conta da condição humana. A objetividade pretendida pelos padrões de medida da ciência moderna, de base físico-matemática, não consegue apreender aspectos específicos do sentido da condição humana. Em uma das conferências proferidas a médicos alemães, Gadamer diz, então, que a adequação é mais apropriada porque pode alcançar o que permanece incompreendido pelos critérios de medida. Assim afirma ele: “O verdadeiro sentido significativo do adequado é precisamente que ele representa algo que não pode se definir. Todo o sistema do processo de equilíbrio do organismo e do próprio meio social do ser humano possui algo de adequabilidade” (GADAMER, 2006, p. 138). O adequado é, deste modo, o balanço do equilíbrio, mostrando que a verdade e, no caso, a cura no âmbito da medicina, não reside somente em um dos dois lados, ou seja, na habilidade médica ou nos cuidados do paciente. Ora, “balanço do equilíbrio” também é uma metáfora apropriada para descrever a postura interpretativo-dialógica do sujeito pesquisador em relação ao texto investigado.

Por último, queremos referir ainda um último princípio hermenêutico que precisa estar na base da formação do sujeito pesquisador. Trata-se da necessidade de vincular a interpretação do sentido do texto ao problema de investigação. Esta exigência tem um sentido prático, relacionado ao contexto de elaboração da dissertação ou tese. O professor pesquisador de pós-graduação apreende, depois de sua própria experiência de elaboração da dissertação e tese e, também, depois de alguns anos de prática em orientação, que uma boa dissertação ou tese começa pela posição adequada do problema de investigação. Ora, tal posição exige do orientado dois movimentos intelectuais, intimamente conectados entre si: a construção de ferramentas conceituais sólidas, resultado da pesquisa bibliográfica cuidadosa, e a formulação de uma pergunta investigativa adequada, capaz de delinear os traços gerais do fio condutor a ser seguido. Isso mostra então que todos os princípios hermenêuticos acima descritos precisam estar a serviço da qualificação do problema de investigação, capacitando teórica e metodologicamente o sujeito a pesquisar para expor adequadamente os resultados de sua própria investigação.

Para concluir, o percurso desenvolvido tornou-nos ainda mais clara a ideia de que a formação do sujeito pesquisador, quando pensada na perspectiva hermenêutica, precisa enfrentar a tensão que cruza o trabalho interpretativo dialógico do leitor com o

texto. Partindo da pré-compreensão, a formação precisa evoluir para a compreensão, a qual já é em sua origem auto compreensão. Deste modo, na perspectiva hermenêutica, a formação do sujeito pesquisador transforma-se em auto formação, uma vez que é resultado do trabalho intenso que o sujeito realiza sobre si mesmo, alcançando sua própria transformação. O que mais importa, neste processo, não é um resultado que possa ser mensurado pela métrica convencional, mas sim o balanço do equilíbrio que gera o sentido de adequabilidade das coisas. Assim, na perspectiva dos princípios hermenêuticos esboçados acima, podemos dizer que o trabalho intelectual intenso na elaboração da dissertação e tese são formas genuínas de transformação do sujeito pesquisador, adequando-o para viver melhor consigo mesmo e com o mundo do qual faz parte.

Bibliografia

BLOOM, H. **Abaixo as verdades sagradas**. Tradução de Alípio C. de Franca. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BÜTTEMEYER, W.; MÖLLER, B. (Hrsg.). **Der Positivismusstreit in der deutschen Erziehungswissenschaft**. München: Wilhelm Fink Verlag, 1979.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GADAMER, H. G. **Gesammelte Werke**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1999.

- **Gesammelte Werke 2**: Hermeneutik II, 1999a.

- **Gesammelte Werke 5**: Griechische Philosophie I, 1999b.

- **Gesammelte Werke 6**: Griechische Philosophie II, 1999c

- **Gesammelte Werke 7**: Griechische Philosophie III, 1999d.

GADAMER, H. G. **O caráter oculto da saúde**. Tradução de Antônio Luz da Costa. Petrópolis: Vozes, 2006.

GADAMER, H.G. **Verdade e método II**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

GRONDIN, J. **Von Heidegger zur Gadamer: Unterwegs zur Hermeneutik**. Darmstadt: WBG, 2001.

LOCKE, J. **Some Thoughts Concerning Education**. New York: Oxford University Press, 2003.

MEAD, G. H. **Mind, Self and Society: From the standpoint of a social behaviorist**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

ROUSSEAU, J. J. **Oeuvres complètes**. Tomo IV : Emile. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1999.